

Organização
das Voluntárias
de Goiás



ESTADO DE GOIÁS
ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS - O V G

Edital

EDITAL nº 37/2021-GAPS

A ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS-OVG, pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social (OS), sediada na Rua T-14, nº 249, Setor Bueno, CEP 74.230-130, nesta Capital, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.106.664/0001-65, vem através do presente edital apresentar as especificações e condições para a seguinte contratação/aquisição, de acordo com o Regulamento para Aquisição de Bens, Serviços, Locações, Importações e Alienações da OVG – Norma e Procedimento – NP nº 005 de 15 de janeiro de 2021 e demais normas vigentes aplicáveis à matéria.

1. DO OBJETO

Contratação de agente de integração para gerenciamento e operacionalização de estágios e disponibilização de cursos *on-line* de aperfeiçoamento com vistas à promoção da integração ao mundo do trabalho aos beneficiários do Programa Universitário do Bem - PROBEM, no quantidade de bolsistas ativos por semestre, conforme especificações constantes do Termo de Referência nº. 01/21-GPIMT, que é parte deste edital.

2. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

2.1. Poderão participar do presente processo de contratação quaisquer empresas interessadas, cujo ramo de atividade guarde pertinência e compatibilidade com o objeto pretendido.

2.2. As propostas comerciais deverão ser encaminhadas, através do e-mail do analista de compras responsável pela cotação descrito na solicitação de cotação/orçamento do objeto disponibilizado no sitio da OVG (www.ovg.org.br – acesso à informação/ compras e contratos/ Atos convocatórios concernentes às alienações, aquisições de bens, contratações de obras e serviços e seus respectivos resultados 2021).

2.3. As propostas comerciais deverão ser encaminhadas entre os dias descritos na solicitação de cotação, sendo o horário limite do dia do encerramento da cotação até às 23:59 horas.

2.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o fechamento da cotação na data marcada, o fechamento será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação da GAPS em contrário.

2.5. Todas as referências de tempo contidas neste Edital observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

2.6. A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação e vinculando o proponente a cumprir o valor ofertado, dentro do prazo.

- 2.7. As empresas deverão orçar os itens de acordo com o solicitado/especificado no Termo de Referência.
- 2.8. As exceções deverão ser informadas pela empresa.
- 2.9. As propostas encaminhadas que divergirem em qualquer ponto do solicitado neste edital poderão ser desconsideradas.
- 2.10. No caso de empate, as propostas deverão ser desempatadas:
- 2.10.1. Será oportunizado às empresas aptas, nova proposta de desconto, superior ao proposto anteriormente;
- 2.10.2. Sorteio público.
- 2.11. A proposta deverá ser formalizada/enviada: em papel timbrado ou e-mail corporativo da empresa ou e-mail padrão (contendo na assinatura do e-mail o nome e CNPJ da empresa) nominal a ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS - OVG, constando: CNPJ, telefone e nome do contato, percentual de desconto ofertado, validade da proposta.
- 2.12. Os produtos/serviços deverão ser orçados com valores fixos para o período de contratação, apresentando preços correntes de mercado, sem quaisquer acréscimos de custos financeiros.
- 2.13. Os preços apresentados nas propostas devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte, entrega, carga/descarga e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Termo de Referência;
- 2.14. A OVG poderá em despacho fundamentado desclassificar propostas que apresentarem valores inexequíveis.
- 2.15. Os itens 2.2 e 2.11. não se aplicam a cotações respondidas através do portal HUMA TECNOLOGIA LTDA, empresa contratada pela OVG através do processo SEI nº. 202000058000722.
- 2.15.1. A regularidade fiscal e trabalhista deverá estar regular no sistema HUMA, caso contrário, o fornecedor deverá encaminhar as certidões regulares para o e-mail do analista em compras, informando o objeto, número do processo e da oferta de compras/HUMA.
- 2.16. A data de recebimento da proposta poderá ser prorrogada, quando o processo não atingir o valor estimado do processo ou por conveniência da OVG. Nestes casos, será divulgado apenas no site da OVG (www.ovg.org.br) o novo prazo para recebimento das propostas.
- 2.17. A proposta de preços deverá ser apresentada em língua portuguesa e moeda nacional, com somente duas casas após a vírgula.

3. DA HABILITAÇÃO

- 3.1. Para se habilitar na oferta de preço as empresas deverão apresentar juntamente com a proposta comercial, a seguinte documentação válida:
- 3.1.1. prova de regularidade para com a fazenda federal, mediante certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e da dívida ativa da união, que abranja inclusive a regularidade relativa às contribuições previdenciárias e sociais;
- 3.1.2. prova de regularidade para com a fazenda estadual de Goiás, mediante certidão negativa de débitos relativos aos tributos estaduais;
- 3.1.3. prova de regularidade relativa ao fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS, através da apresentação do certificado de regularidade do FGTS – CRF;

3.1.4. prova de regularidade com a Justiça do Trabalho – CNDT;

3.1.5. prova de regularidade para com a fazenda municipal do tomador ou da sede do fornecedor, mediante certidão negativa de débitos relativos aos tributos municipais, no caso de obras e serviços.

3.2. Admitir-se-á como válida a certidão positiva com efeito de negativa.

3.3. Declaração de plataforma digital própria para a oferta dos cursos de aperfeiçoamento e gestão eletrônica do estágio, acompanhada da descrição detalhada de telas e funcionalidades de sistema, e garantia da estabilidade e do atendimento à demanda de acesso;

3.4. Relatório de execução do objeto comprovando a capacidade de atendimento em todo Estado de Goiás, conforme regiões de planejamento definidas pelo Instituto Mauro Borges - IMB: Centro; Nordeste; Noroeste; Norte; Sul; Sudoeste; Sudeste; Entorno; Oeste e Metropolitana);

3.5. Atestado de capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas na execução do objeto e o cumprimento das metas estabelecidas, mediante prévia experiência na realização, com efetividade do objeto ou de natureza semelhante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

4. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.1. O julgamento das propostas será MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO NA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DIFERENCIADA.

4.1.1. Considere-se como taxa administrativa diferenciada (TAD) o valor de R\$ 38,00, calculado a partir do desconto de 36,666...% aplicado ao valor médio alcançado no mercado, que corresponde a R\$ 60,00.

5. DA ANÁLISE DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1. Na análise das propostas e da documentação, será emitido Informativo/Despacho da GAPS habilitando ou inabilitando as propostas e documentação, com fundamento na descrição do Termo de Referência e edital, facultando-se quando necessário para subsidiar a análise, solicitar do fornecedor informações complementares do bem ou serviço, amostras, rol de clientes e visita técnica.

5.1.1. Caso necessário, a Gerência de compras acionará os participantes para solicitar informações complementares, concedendo o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de inabilitação da empresa que não cumprir o prazo determinado.

5.1.2. A GAPS poderá solicitar auxílio da área demandante do serviço/contratação para subsidiar na análise técnicas das propostas/documentação.

5.2. A OVG a qualquer tempo poderá desclassificar a proposta ou desqualificar o proponente sem que a esse caiba direito de indenização, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou de circunstância que desabone sua idoneidade financeira ou técnica, ou ainda que comprometa sua capacidade de produção, relativo a entrega e qualidade dos produtos.

6. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

6.1 As empresas declaradas “provisoriamente vencedoras”, deverão encaminhar:

6.1.2. Última alteração do Contrato ou Estatuto Social, desde que devidamente consolidada, ou Contrato e Estatuto de Constituição acompanhado da última alteração contratual

6.1.3. Documentos pessoais dos sócios ou dirigentes (RG e CPF)

6.1.4. Declaração de ausência de Parentesco, conforme modelo da OVG.

6.1.5. Comprovante de endereço atualizado do responsável pela assinatura do contrato, dos últimos 6 meses.

7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Gerenciamento pelo parceiro privado, na condição de agente de integração, com oferta de estágios aos beneficiários do PROBEM por meio do Banco de Oportunidades, nos seguintes termos:

A) Estágio não obrigatório para 100% do público apto do PROBEM, com previsão de 5.000 beneficiários para o semestre de 2021/2. Sendo, no mínimo, 60% em empresas privadas com a bolsa de estágio custeada pela concedente e os demais em órgãos e entidades públicos com a bolsa do PROBEM configurando-se como outra forma de contraprestação (estágio diferenciado) ou por conveniência administrativa poderá custear a bolsa de estágio, sem prejuízo ao Programa Universitário do Bem.

B) Estágio não obrigatório em empresas privadas e órgãos e entidades públicos: taxa administrativa diferenciada (TAD), auxílio transporte e bolsa de estágio custeados pela concedente do estágio, repassados diretamente ao parceiro privado.

C) Estágio não obrigatório diferenciado em órgãos ou entidades públicos: não haverá cobrança de taxa administrativa pelo parceiro privado, auxílio transporte custeado pelo órgão ou entidade públicos, seguro contra acidentes pessoais assumida pela contratante e a bolsa do PROBEM configurando-se como outra forma de contraprestação, conforme determina o artigo 12, *caput*, da Lei 11.788/08.

C1) A realização de estágio não obrigatório diferenciado em órgãos ou entidades públicos pelo beneficiário do PROBEM corresponderá ao cumprimento do compromisso social estipulado no Decreto Estadual nº 9.843/2021, Artigos 28, I e 33, § 2º, I e requerido para o pilar de experiência profissional que, ao ser computado em horas de efetiva atuação, deverá obedecer às seguintes regras:

I) Bolsa parcial: 60 horas por semestre:

II) Bolsa integral: 80 horas por semestre.

7.2. Estágio obrigatório em órgãos e entidades públicas: não haverá cobrança de taxa administrativa pelo parceiro privado, sendo facultativo o repasse de bolsa de estágio e auxílio transporte, contudo, a responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais será assumida pela contratante, conforme estabelece a Lei 11.788/2008. A estimativa de atendimento é de 30% dos beneficiários aptos semestralmente, com quantidade prevista de 5.000 mil beneficiários aptos para o semestre 2021/2.

7.3. Do quantitativo de vagas a serem oferecidas, deverá ser destinado o percentual de 10% a portadores de deficiências, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, desde que as atividades de estágio sejam compatíveis com a deficiência.

7.4. Disponibilização gratuita, pelo parceiro privado, de cursos on-line de aperfeiçoamento e acervo virtual com materiais de cunho científico e técnico-profissional aos beneficiários do PROBEM, por meio do Banco de Oportunidades, para o desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais com vistas ao acesso ao mercado de trabalho.

7.4.1. A estimativa de atendimento é de 100% do contingente total de beneficiários, com quantidade estimada de 10 mil beneficiários para o semestre 2021/2;

7.5. Os cursos a serem ofertados devem englobar conhecimentos nas áreas descritas abaixo:

Área de Conhecimento	Exemplos
----------------------	----------

Agrárias	Agronegócio; OGM's e Transgênicos; Agroecologia; Hidroponia; Controle Integrado de Pragas
Arquitetura e Design	Arquitetura Sustentável, Maquetes Arquitetônicas com SketchUp, Gestão Imobiliária: Avaliações e Perícias; Curso de Iluminação Comercial
Biológicas	Biologia Marinha; Técnicas Aplicadas no Meio Ambiente; Biopirataria; Biotecnologia.
Contábeis e Finanças	Administração Financeira; Contabilidade Financeira; Introdução à Auditoria Fiscal; Análises de Balanço; Gestão Financeira.
Educação	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na escola, Educação inclusiva na escola, Libras na prática pedagógica; Ensino híbrido para integralização curricular na educação básica.
Engenharias	Avaliação de Terrenos Urbanos pelo Método Involutivo Vertical; Estruturação de Projetos de Parcerias Público-privadas PPP; Gestão de Obras; Processamentos de Dados; Introdução à Inteligência Artificial; Robótica; Criação de Aplicativos.
Exatas	Matemática Aplicada; Estatísticas; Fundamentos da Bioquímica; Álgebra Linear; Introdução à lógica.
Gestão e Negócios	Gestão da Qualidade e Processos; Gestão de Custos; Gestão de Projetos; Inovação Estratégica.
Humanas e Sociais Aplicadas	Introdução ao Serviço Social; Racismo e Relações Institucionais; Direitos LGBTQ+; Direitos Humanos;
Idiomas	Inglês; Espanhol; Francês.
Jurídica	Introdução a Leis Gerais de Proteção de Dados LDPG; Mediação e Arbitragem; Novo Código de Processo Civil; ECA – Estatuto da Criança e Adolescente.
Saúde	Unidade de Alimentação e Nutrição – UAN; Cuidados Básicos para a Utilização de EPIs; Teleconsulta: Ferramenta para um Bom Encontro Clínico; Bem-estar e Equilíbrio Emocional dos Profissionais da Saúde em uma Pandemia; Saúde Baseada em Evidências.
Socioemocional	Inteligência Emocional; Liderança de Equipes;

	Relacionamento Interpessoal; Organização do Tempo e Engajamento.
Tecnologia/Programação	Fundamentos de Rede; Gerenciamento de Serviços em Tecnologia da Informação; Planejamento Estratégico de TI; Programação; Criatividade e Inovação em TI; Google Planilhas; Banco de Dados; Microsoft Excel.

7.5.1 Carga horária média 02 (duas) a 40 (quarenta) horas, conforme a complexidade dos temas a serem abordados nos cursos.

7.6. O agente de integração deve garantir a estabilidade da plataforma e o atendimento da demanda de acesso simultâneo da quantidade de beneficiários, sendo responsável pela manutenção e atualização do sistema;

7.7. A oferta e execução dos cursos devem ser realizadas em plataforma eletrônica e contar com o apoio técnico ao beneficiário;

7.8. O agente de integração deve garantir a estabilidade da plataforma e o atendimento da demanda de acesso simultâneo da quantidade de beneficiários;

7.9. Os cursos devem ser certificados pelo agente de integração, após atingido o aproveitamento mínimo de desempenho, o qual deve ser informado na plataforma.

7.10. Quanto aos cursos de aperfeiçoamento, a execução do serviço se dará mediante:

7.10.1. Oferta gratuita de cursos on-line de aperfeiçoamento em plataforma eletrônica aos beneficiários do PROBEM;

7.10.2. Apresentação dos cursos on-line disponíveis informando o conteúdo programático e carga horária, sendo obrigatório atender no mínimo 50% das áreas de conhecimento semestralmente, conforme demanda informada pela OVG;

7.10.3. Garantia da estabilidade da plataforma e que o servidor atenderá a demanda de acesso;

7.10.4. Acompanhamento e apoio técnico aos beneficiários quanto à realização dos cursos on-line na plataforma;

7.10.5. Certificação dos beneficiários quanto a participação nos cursos;

7.10.6. Repasse de relatório mensal (por meio de sistema eletrônico) de beneficiários certificados;

7.10.7. Realização de pesquisa de satisfação eletrônica aos beneficiários em relação aos cursos (aspectos gerais, divulgação, conteúdo e funcionamento da plataforma) e posterior repasse de dados à OVG;

7.11. Quanto ao programa de estágio, a execução do serviço se dará mediante:

7.11.1. Identificação de oportunidades de estágio na modalidade obrigatória e não obrigatória;

7.11.2. Obtenção junto aos Órgãos e empresas o perfil das vagas de estágio a serem concedidas;

7.11.3. Divulgação das vagas de estágio em meios acessíveis aos bolsistas;

7.11.4. Cadastro de estudantes para estágio;

7.11.5. Oferta de vagas de estágio de acordo com o curso ou área de formação do estudante;

- 7.11.6. Encaminhamento de estudantes ao órgão ou empresa concedente, a partir do banco de dados e da definição do perfil da vaga; em prazos que atendam suas necessidades, contados da solicitação, para se dedicarem às atividades relacionadas aos respectivos cursos;
- 7.11.7. Elaboração de toda documentação e relatórios, tais como, Termo de Compromisso de Estágio (TCE), Termos Aditivos, e afins, acerca do acompanhamento sistemático dos estagiários nas dependências do Órgão, desde a sua admissão até o seu desligamento, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008;
- 7.11.8. Repasse de relatório mensal (por meio de sistema eletrônico) da admissão, frequência e desligamento e demais informações pertinentes considerando cada modalidade de estágio (não obrigatório em empresas privadas; não obrigatório diferenciado em órgãos ou entidades públicos; e obrigatório em órgãos e entidades públicas);
- 7.11.9. Controle e informação do vencimento do Termo de Compromisso de Estágio, visando a substituição ou prorrogação, observando-se o disposto no artigo 11, da Lei nº 11.788/08; Capítulo VII da Lei 20.957/21 e Capítulo XI do Decreto 9.843/2021;
- 7.11.10. Resguardo da vigência do Termo de Compromisso de Estágio - TCE, que não poderá exceder o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da sua assinatura, exceto quando se tratar de estudantes com deficiência;
- 7.11.12. Contratação dos estagiários selecionados, garantindo todas as informações sobre o Termo de Compromisso de Estágio – TCE e orientações pertinentes à legislação de estágio;
- 7.11.13. A concedente deverá disponibilizar semanalmente no mínimo 1 (uma) hora da carga horária do estágio para o bolsista realizar curso de capacitação na sua área de formação e no desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, bem como oferecer estrutura tecnológica para a realização dos cursos na modalidade online, conforme determina o artigo 29, § 1º do Decreto Estadual nº 9.843/2021;
- 7.11.14. Acompanhamento administrativo do estágio, de acordo com a Lei 11.788/2008 Art. 5º, III;
- 7.11.15. Contratação de seguro contra acidentes pessoais conforme a Lei 11.788/2008 Art. 9º, IV, cujo valor seja compatível com o de mercado, para todos os estagiários que desempenham atividades no âmbito da parte concedente, devendo ficar estabelecido no TCE, com validade enquanto o contrato estiver ativo;
- 7.11.16. Manutenção de convênios específicos com as Instituições de Ensino cadastradas no PROBEM, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio aos estudantes;
- 7.11.17. Realização de ajuste das condições de estágio definidas pelas instituições de ensino com as disponibilidades do Órgão, indicando as principais atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários, observando sua compatibilidade com o contexto básico da profissão ao qual se refere;
- 7.11.18. Operacionalização de todas as atividades de contratação e acompanhamento dos estagiários, obedecendo aos prazos e condições propostos, bem como organizar dossiê individual dos estagiários, para o controle das informações relacionadas aos respectivos estágios;
- 7.11.19. Disponibilização de mecanismos eletrônicos para avaliação do estagiário para cumprimento da obrigatoriedade prevista pela lei de estágio;
- 7.11.20. Disponibilização ferramenta de controle do recesso remunerado obrigatório;
- 7.11.21. Disponibilização mecanismos eletrônicos por ocasião do desligamento, termo de realização de estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas e o aproveitamento do estudante;
- 7.11.22. Resguardo do sigilo de dados e documentos que lhe forem confiados para o desempenho dos serviços ora contratados;
- 7.11.23. Cumprimento fiel e responder legalmente a todos os requisitos impostos pela Lei nº 11.788/08 a fim de evitar a caracterização de vínculo empregatício;

7.11.24. Cobrança de taxa de administração diferenciada, às concedentes que contratarem para estágio os beneficiários do PROBEM, conforme item 6.1;

7.11.25 Não cobrança de taxa administrativa a órgãos e entidades públicos no estágio em que a bolsa do PROBEM se configura como outra forma de contraprestação, conforme determina o artigo 12, caput, da Lei 11.788/08;

7.11.26. Referente ao estágio são vedadas a sublocação e/ou terceirização desse serviço para evitar contratação de empresa que não possua condições de executar, colocando em risco a segurança e a qualidade.

7.12. Apresentar o corpo técnico de profissionais qualificados para o gerenciamento e operacionalização da oferta de cursos e de estágios. A comprovação será mediante apresentação dos seguintes: relação da equipe de trabalho que atuará na execução, com indicação de sua qualificação e descrição sucinta de suas funções, eventuais diplomas de capacitação dos funcionários mais relevantes ao desenvolvimento, entre outros que repute pertinentes. Segue detalhamentos do mínimo de profissionais necessários para execução:

Descrição de profissionais necessários	Quantidade mínima
Gerente	01
Analista Administrativo	02
Assistente Social/Psicólogo	01
Coordenador Pedagógico	01
Advogado	01
Técnico em TI	01
Auxiliar/Assistente Administrativo	02

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento da taxa administrativa diferenciada (TAD) é de inteira responsabilidade da concedente, sendo a OVG isenta de qualquer eventual cobrança;

8.2. Não haverá nenhuma forma de pagamento referentes aos cursos *on-line*, ou seja, total despesa será suportada pelo agente integrador contratado, sendo a oferta gratuita aos bolsistas e sem ônus à concedente e a OVG.

9. DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

9.1. Nas contratações com valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o fornecedor ou prestador de serviço que não concordar com o resultado da inabilitação no processo no qual seja participante, terá o prazo

de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da comunicação da decisão de inabilitação para a propositura do recurso.

9.1.1. Nos demais casos, o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis se dará a partir da publicação do contrato.

9.1.2. Caso o recurso seja em desfavor de outrem, fica a outra parte intimada, a partir da comunicação do recurso, para apresentar contrarrazões em igual número de dias, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

9.2. O recurso será proposto por escrito devidamente protocolizado no Núcleo de Protocolo e Arquivo – NPA da OVG e encaminhado à Gerência de Aquisição de Bens, Produtos e Serviços para proferir decisão, e, se necessário, será encaminhado à Gerência Estratégica Jurídica para emissão de parecer, sujeito à anuência da Diretoria Geral e Diretoria Administrativa e Financeira.

9.3. Os recursos deverão ser acompanhados, sob pena de não conhecimento, do contrato social da empresa participante ou documentos pessoais (RG e CPF) em se tratando de pessoa física, e, no caso de procurador, procuração com poderes específicos.

9.4. Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, salvo quando, por sua relevância, a Diretoria Geral entender conveniente a suspensão do Processo.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O fornecedor que descumprir com suas obrigações, injustificadamente, ficará sujeito às penalidades seguintes, as quais serão graduadas de acordo com a sua gravidade:

10.1.1. impedimento e suspensão do direito de participar da seleção de fornecedores;

10.1.2. multa;

10.1.3. rescisão;

10.1.4. outras previstas em legislação pertinente;

10.2. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido contraditório, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos no Regulamento;

10.3. Após as aplicações de penalidades cabíveis, serão adotadas as medidas necessárias para o registro do impedimento ou representação ao Ministério Público, conforme o caso.

11. DA GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A gestão do Contrato ficará a cargo do Gerente ou Coordenador da Área Solicitante ou a quem a Diretoria indicar quem será o responsável pela fiscalização da execução do seu objeto, utilização, pedido de reposição e nova contratação.

11.2. Cabe ao Gestor do Contrato fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases, até o recebimento do objeto, conforme Regulamento para Aquisições da OVG.

11.3. O gestor do Contrato responderá solidariamente sempre que houver negligência ou descumprimento de suas obrigações.

11.4. Em situações especiais, sobretudo as que requeiram maior complexidade de atuação do Gestor do Contrato, poderá ser designado, por meio de Portaria, um Subgestor ou Comissão para auxiliar no cumprimento de suas obrigações.

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. Constituem obrigações da Contratada:

12.1.1. A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:

a) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CONTRATANTE e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CONTRATANTE, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

b) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

d) Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CONTRATANTE. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

12.1.2. O acesso pela CONTRATADA às bases de dados que contenham dados pessoais implicará para a Contratada e para seus propositos o mais absoluto dever de sigilo.

12.1.3. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

12.1.4. Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

12.1.5. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

I) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

II) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

12.1.6. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

12.1.7. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pela Contratante e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pela OVG, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes, salvo quando a Contratada tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

12.2. Constituem obrigações da Contratante:

12.2.1. Manter estreito e permanente contato com a CONTRATADA, de tal forma a alcançar-se um desejável e contínuo aprimoramento das atividades conjuntas decorrentes da execução do objeto.

12.2.2. Dar conhecimento à contratada de quaisquer fatos que possam afetar a execução do objeto.

12.2.3. Verificar se os serviços prestados pela contratada atendem todas as especificações contidas no Termo de Referência e Anexos.

12.2.4. Notificar à contratada, por escrito (via e-mail), caso os serviços prestados estejam em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e Anexos, para que essa proceda às correções necessárias.

12.2.5. Supervisionar, coordenar e fiscalizar a execução do objeto pactuado.

12.2.6. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento da parceria.

12.2.7. Permitir a utilização de seu logotipo, conferindo o direito de uso a contratada para promoção e divulgação da parceria, quando couber.

12.2.8. Veicular, mediante entendimentos prévios com a contratada, em publicações periódicas, notícias sobre o objeto pactuado.

12.2.9. A gestão do contrato será indicada pela Diretoria Geral da OVG.

12.2.10. No estágio não obrigatório diferenciado em órgãos ou entidades públicos, a contratação e o pagamento do seguro contra acidentes pessoais conforme a Lei 11.788/2008 Art. 9º, IV, fica a cargo da OVG.

13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. O contrato terá vigência de 12 meses após a assinatura, podendo ser prorrogado por até 60 meses, conforme conveniência e oportunidade das partes, tendo a possibilidade de ser encerrado mediante comprovação do não cumprimento do **ACORDO** por uma das partes.

14. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1 Na medida do que for aplicável, os partícipes deverão sempre cumprir com todas as obrigações legais de acordo com as normas que regulam a proteção de dados aplicáveis em relação a todos os dados pessoais que que processa bem como aos quais tem acesso no curso de cumprir suas obrigações estabelecidas nesta parceria, inclusive:

I. mantendo um registro ou notificação válida e atualizada nos termos da legislação de proteção de dados;

II. cumprindo toda a legislação de proteção de dados aplicável aos fluxos de dados transfronteiriços de dados pessoais e medidas de segurança exigidas para dados pessoais;

III. manter medidas técnicas, organizacionais e de segurança adequadas para proteger a confidencialidade dos dados pessoais.

14.2 Os partícipes não deverão usar dados pessoais para qualquer outra finalidade que não seja o cumprimento das suas obrigações nos termos desta parceria.

14.3 Os partícipes e os seus respectivos colaboradores não devem processar, transferir, divulgar, transmitir ou disseminar dados pessoais em desconformidade à Lei Geral de Proteção de Dados.

14.4 Os partícipes deverão adotar as medidas apropriadas para fazer com que seus respectivos pessoais que tenham acesso aos dados pessoais sejam avisados dos termos desta Cláusula e treinados em relação ao manuseio desses dados pessoais, sendo a responsabilidade por qualquer falha a parte que não cumprir com essas obrigações.

14.5 Se a CONTRATADA tiver conhecimento de qualquer divulgação não autorizada ou acesso a dados pessoais, deverá:

- a) relatar rapidamente tal divulgação não autorizada ou acesso à OVG;
- b) mitigar, na medida do possível, quaisquer efeitos nocivos de tal divulgação ou acesso;
- c) cooperar com a OVG no fornecimento de quaisquer avisos que julgar apropriados.

14.6 Cada parte arcará com os custos incorridos no descumprimento de suas obrigações legais relacionadas a essa violação.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. O presente edital não importa necessariamente em contratação, podendo a OVG revogá-lo, no todo ou em parte, por razões de interesse privado, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no site para conhecimento dos participantes. A OVG poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

15.2. O fornecedor/prestador de serviço é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na sua imediata desclassificação, ou caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.3. O vencedor da cotação só será declarado após Despacho favorável da Gerência Estratégica de Controladoria e Compliance da OVG, Parecer favorável da Gerência Estratégica Jurídica e assinatura na Ordem de Compras/serviços ou Contrato

15.4. É facultado à OVG, em qualquer fase da contratação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.5. Os fornecedores intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Gerência de Aquisição de Bens, Produtos e Serviços – GAPS, sob pena de desclassificação.

15.6. As normas que disciplinam este Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da OVG, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. A documentação apresentada pelos participantes fará parte do processo e não será devolvida ao proponente.

15.8. Caso de rescisão contratual por descumprimento das obrigações pactuadas, a OVG poderá convocar o segundo colocado na ordem de classificação da cotação, caso o valor esteja dentro do “preço de referência” e

entendendo ser vantajoso para a organização.

15.9. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato e, no caso particular de obra, reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

15.10. Não será admitido neste processo a participação de fornecedor/prestador de serviços em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, ou ainda que se relacionem com dirigentes que detenham poder decisório na OVG, bem como com os elencados no Art. 08-C da Lei 15.503/2005.

15.11. Os casos omissos neste Termo serão resolvidos pelas Diretorias Geral e Diretoria Administrativa e Financeira, a qual a Gerência de Aquisição de Bens, Produtos e Serviços – GAPS está subordinada.

15.12. As aquisições da OVG seguem regulamento de compras próprio, disponível no sítio no sitio da OVG (www.ovg.org.br – acesso à informação/ compras e contratos/ regulamento de contratação de bens e serviços).

15.13. Este edital e seus anexos quando existirem estarão disponíveis aos interessados no endereço eletrônico (www.ovg.org.br – acesso à informação/ compras e contratos/ edital de aquisição e contratação).

15.14. A OVG poderá adotar por analogia, quando necessário, normas gerais de contratações disciplinadas por legislação pertinente.

15.15. Acompanha este edital, Termo de Referência nº. 01/21-GPIMT.

15.16. Quaisquer divergências entre o presente edital e o termo de referência, prevalecerá as descrições do edital.

15.17. A Organização rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato ou documento similar.

15.18. A Gerência de Aquisição de Bens, Produtos e Serviços – GAPS atenderá aos interessados no horário comercial, de segunda a sexta feira, exceto feriados, na sala da Gerência de Compras, localizada Rua T-14 esq. com T-38, nº 249 - Setor Bueno, Fone: (62) 3201-9496 – CEP: 74.230-130, Goiânia–GO.

15.19. A CONTRATADA é responsável civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular, conforme estabelece a Lei 11.788/2008;

15.20. A OVG poderá mediante conveniência administrativa conceder:

I - estágio obrigatório - não havendo cobrança de taxa administrativa pelo parceiro privado, sendo facultativo o repasse de bolsa de estágio e auxílio transporte, entretanto, a responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais será assumida pela instituição de ensino conforme estabelece a Lei 11.788/2008; e

II - estágio não obrigatório diferenciado - não havendo cobrança de taxa administrativa pelo parceiro privado e o auxílio transporte e seguro contra acidentes pessoais custeados pela contratante.

15.21. O Concedente do estágio poderá conceder outros benefícios ao estagiário, em estágio não obrigatório, tais como os relacionados à alimentação, à saúde, dentre outros. A concessão desses benefícios não caracteriza vínculo empregatício.

(assinado digitalmente)

Luciane Rodrigues Dutra
Gerente de Aquisição de Bens, Produtos e Serviços

GOIANIA, 20 de julho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANE RODRIGUES DUTRA, Gerente**, em 21/07/2021, às 08:21, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000022202430** e o código CRC **8A615AF6**.

GERENCIA DE AQUISIÇÃO DE BENS, PRODUTOS E SERVIÇOS
RUA T-14 249, S/C - Bairro SETOR BUENO - GOIANIA - GO - CEP 74230-130 - (62)3201-9496.



Referência: Processo nº 202100058002458



SEI 000022202430